

Educação Ambiental: concepções e práticas na Associação Pestalozzi de Aquidauana/MS

*Érica Albuquerque Zauricio¹
Tatiane do Nascimento Lima²*

RESUMO

A Educação Ambiental é uma ação importante na construção de valores sociais voltados para a conservação do meio e consequentemente melhoria da qualidade de vida. Com o propósito de investigar se a Educação Ambiental é abordada na educação especial, o presente trabalho objetivou investigar as concepções e práticas dos professores da Associação Pestalozzi de Aquidauana. Para isso, professores responderam a um questionário. Também foi realizada análise documental do Projeto Político Pedagógico da Associação. Os dados foram analisados a partir das categorias de concepções estabelecidas por Fernandes, Cunha e Marçal Junior; e das correntes de educação ambiental descritas por Lucie Sauvé. Os resultados demonstraram que embora haja relatos de atividades voltadas à Educação Ambiental, essas são comuns e tradicionais (por exemplo, reutilização de materiais na confecção de artesanatos). Não há relatos de práticas inovadoras que possibilitem à educação ambiental atuar como mediadora para a inclusão social dos alunos.

Palavras-chave: educação especial, meio ambiente, socioambiental.

ENVIRONMENTAL EDUCATION: CONCEPTIONS AND PRACTICES AT PESTALOZZI DE AQUIDAUANA/MS

ABSTRACT

Environmental education is an important action in the construction of a society focused on the conservation of the environment, and consequently for a better quality of life. With the purpose of investigating whether environmental education is addressed in special education, the present study aimed to investigate the conceptions and practices of teachers at the Pestalozzi Association of Aquidauana. For this, teachers answered a questionnaire. The documentary analysis of the Political Pedagogical Project was carried out. The data were analyzed from the categories of conceptions established by Fernandes, Cunha and Marçal Junior; and the currents of environmental education described by Lucie Sauvé. The results showed that although there are reports of activities aimed at environmental education, these are common and traditional (for example, reuse of materials in the manufacture of handicrafts). There are no reports of innovative practices that enable environmental education to act as a mediator for the social inclusion of students.

Keywords: environment, socio-environmental, special education.

¹ Curso de Biologia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Rua Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro da Serraria - Unidade II, CEP 79200-000. Aquidauana - MS. E-mail: e.zaurizio@hotmail.com.

² Laboratório de Estudos da Biodiversidade. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro da Serraria - Unidade II, CEP 79200-000. Aquidauana - MS. E-mail: tatianenlima@gmail.com.br.

Introdução

A relação homem-natureza tem mudado ao longo dos anos. A natureza cada vez mais passou a ser vista como uma mercadoria, um produto econômico, de onde poderia ser retirado lucros, diferente do que era visto anteriormente, quando a natureza era utilizada apenas para subsidiar as suas necessidades e de sua família (KORMONDY; BROWN, 2002). O modelo econômico vigente almejava um progresso econômico, que muitas vezes é prejudicial ao meio ambiente. Por causa desta situação, tem se estabelecido muitos problemas socioambientais como mudanças climáticas, desmatamento, perda de biodiversidade, crise na produção de alimentos, poluição, chuva ácida e perigos da radiatividade pelo uso da energia nuclear (LAMIM-GUEDES, 2013).

Neste aspecto, compreender as alterações ambientais, suas causas e consequências, pode colaborar para a formação de cidadãos conscientes do seu papel frente as causas ambientais. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental (EA) tem como finalidade contribuir para que todos os indivíduos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as competências necessárias para o exercício de uma cidadania responsável. A qual deve ser traduzida por um sentido de participação e engajamento na resolução dos problemas ambientais, que ameaçam a qualidade e a manutenção da vida humana e a de outras espécies (ALMEIDA, 2007; JACOBI, 2003)

Uma proposta de EA pautada na mudança de conduta do sujeito, em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e com os recursos naturais, objetiva a formação de hábitos ambientalmente responsáveis no meio social (QUINTAS, 2009). Para isso, a EA deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento (KOB-NOGUEIRA; GONZALEZ, 2014; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

De acordo com Dias (1998, p. 25), os conceitos de Educação Ambiental (EA) são abundantes e evoluíram conjuntamente com os conceitos de meio ambiente e a maneira como este era percebido. A partir dessa afirmação, é possível destacar várias definições para EA ao longo de sua evolução:

- Em 1970, Internacional Union for the Conservation of Nature definiu EA como um processo de reconhecimento de valores e de esclarecimento de conceitos voltados para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias ao entendimento e apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno.
- Em 1972, a EA foi definida por Mellows como um processo no qual haja um desenvolvimento progressivo do senso de preocupação com o meio ambiente.
- Em 1977, a Conferência de Tbilisi definiu a EA como uma importante prática educativa, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.
- Em 1988/89, o Programa Nossa Natureza definiu a EA como um conjunto de práticas educativas visando a compreensão dos ecossistemas, levando em consideração os efeitos da relação do homem com o meio;
- E 1991, nas contribuições da Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram apresentadas as bases conceituais de EA, afirmando que a EA deve integrar dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas, considerando as condições de cada país, região e/ou comunidade, e não ser aplicada de forma rígida e universal.

Segundo Loureiro (2004, p. 79) “no Brasil, em particular, a Educação Ambiental se fez tardiamente”. Apesar da existência de ações anteriormente, somente após a Constituição Federal de 1988 que a EA ganhou grandes destaques, pois esta foi a primeira Constituição a apresentar itens relacionados ao meio ambiente e a Educação Ambiental:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público:

[...]VI promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988: art. 225º).

As políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil se fizeram realidade através da Lei 9.795 de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A PNEA descreve a EA como os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1º).

De acordo com a PNEA, “todos têm direito à educação ambiental”, sendo que as instituições educativas estão encarregadas de “promover a educação ambiental de maneira integradas aos programas educacionais que desenvolvem. A partir da publicação da PNEA, a educação ambiental tornou-se componente necessário da educação nacional, devendo ser desenvolvida em todos os níveis e modalidade de ensino, corroborando, dessa maneira, para a inserção da EA inclusive na educação especial (BRASIL, 1999, art. 3º; 10º).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entende-se por educação especial:

A modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, art. 58).

Dentro desse contexto, a Educação Ambiental deve estar inserida na educação especial. Segundo Soares e Linheira (2014) a EA possibilita a socialização de pessoas com necessidades especiais, pessoas essas que são historicamente excluídas da sociedade. Para Silva e Dias (2012), para que o planeta não entre em colapso, é necessário a formação de agentes ambientais que possibilitem a preservação do meio ambiente. Essa formação não deve ser restrita apenas aos indivíduos matriculados nas escolas formais. Pessoas com necessidades especiais também têm direito à educação, portanto devem participar dessa formação ambiental.

A Associação Pestalozzi de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul, foi fundada em 06 de outubro de 1983, tem por finalidade a atenção e defesa dos direitos da criança, adolescente, jovens e adultos, em todas as políticas públicas, com atendimento permanente, direito e gratuito as pessoas com deficiência. De maneira a atuar, na estimulação, habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência. Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a Pestalozzi traz como objetivo: “promover um ambiente adequado e favorável para a formação educacional de indivíduos ativos, críticos e modificadores da realidade em que vivem”.

Em um ambiente de ensino, o projeto político-pedagógico (PPP) trata-se de um documento no qual estão registradas as ações e projetos que uma determinada comunidade busca para seu ano letivo (VAGULA et al., 2014). Dessa maneira, explicitar no PPP ações voltadas para a temática ambiental pode colaborar para que os professores desenvolvam essas ações em suas aulas. Pois, tal documento retrata a organização da sociedade em que vivemos,

pois direta e indiretamente a organização da sociedade está presente também no espaço escolar (VEIGA, 2011, p. 16).

O PPP vai além da dimensão pedagógica, esse instrumento expressa a cultura, valores, crenças, significados, assim como um modo de pensar e agir de todos que colaboraram com sua elaboração. A abordagem da temática ambiental no PPP pode contribuir para uma maior reflexão da comunidade para temas como sustentabilidade, uso dos recursos naturais, conservação do meio ambiente, entre outros (CRUZ, 2011). Mas, mais do que isso, é importante que a comunidade escolar conheça esse documento. De nada adianta ter um bom PPP se ele não é conhecido e utilizado pela comunidade como uma ferramenta que almeja uma educação eficiente e de qualidade.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar as concepções e práticas dos professores da Associação Pestalozzi de Aquidauana quanto à Educação Ambiental. Ademais, realizar análise documental do Projeto Político Pedagógico e das Propostas Pedagógicas dos professores da Associação Pestalozzi em relação à Educação Ambiental.

Metodologia

O presente trabalho foi realizado na Escola Especializada Mundo Feliz, Associação Pestalozzi de Aquidauana, que é uma instituição filantrópica voltada para o atendimento escolar, como educação especial.

Inicialmente, com a autorização da direção escolar, durante a primeira semana do mês de novembro do ano de 2017, foi realizada análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e das Propostas Pedagógicas (documento onde estão definidos os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores) da instituição.

Posteriormente, foi realizada coleta de dados, de natureza qualitativa, através da aplicação de questionários individuais para os professores. Os professores que foram entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Foram entregues aos professores, na primeira semana de dezembro, um total de vinte questionários, os quais foram devolvidos posteriormente. No questionário foram apresentadas questões relacionadas às concepções dos professores acerca do tema educação ambiental e às práticas realizada por eles na Pestalozzi.

As análises dos resultados sobre as concepções de Meio Ambiente (MA) foram realizadas a partir das categorias estabelecidas por Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2002) (Tabela 1).

Tabela 1. Categorias relacionadas às concepções de Meio Ambiente.

MEIO AMBIENTE	CARACTERÍSTICA	
Antropocêntrica	Voltada para o antropocentrismo, o meio ambiente é visto como algo externo; o homem é considerado o centro da natureza, e essa apenas um recurso.	
Biocêntrica	Biológica	O meio ambiente é visto apenas como ambiente natural
	Biológica-física	O meio ambiente é visto como uma interação entre físico e biológico
	Biológica física-social	O meio ambiente é integrador, considera aspectos físicos, biológicos e socioculturais;
Elucidativa	Respostas vagas e/ou confusas que não respondem a questão.	

Fonte: FERNANDES; CUNHA; JUNIOR, 2002, p. 02

Os resultados sobre as concepções de EA foram analisadas considerando as correntes de educação ambiental descritas por Lucie Sauvé, e referem-se ao modo geral de como a educação ambiental é concebida e praticada. Dentre as quinze correntes propostas, algumas possuem uma “tradição mais antiga” (naturalista, conservacionista, resolutive, sistêmica, científica, humanista e moral/ética) e as demais possuem “preocupações que surgiram recentemente” (holística, biorregionalista, praxica, crítica, feminista, etnográfica, ecoeducação e sustentabilidade) (SAUVÉ, 2005, p. 18).

Resultados e discussão

A análise documental do Projeto Político Pedagógico e das Propostas Pedagógicas dos professores que atuam na Instituição Pestalozzi, não apresentou nenhuma informação quanto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas a Educação Ambiental. Esse dado é bastante preocupante, uma vez que esses documentos têm como função orientar práticas educacionais. A falta de apresentação de atitudes que orientem a comunidade para a promoção do conhecimento voltado a temática ambiental, colabora para um modelo de ensino distante das questões ambientais.

Os dados deste trabalho demonstraram que, cinco dos vinte questionários aplicados aos professores não foram devolvidos, perfazendo um total de quinze professores participantes da pesquisa, os quais terão sua identidade preservada, sendo referenciados pela letra P numerada de 01 a 15 (P01-P15). Quanto à formação profissional, todos os professores possuem ensino superior completo, sendo que a maioria (73%) possuem pós-graduação.

Quanto às concepções de Educação Ambiental pelos professores entrevistados foi observado que a maioria das respostas dos professores (53,33%) evidenciaram uma concepção de EA conservacionista. A corrente conservacionista de EA adota comportamentos de conservação, e nesse caso o meio ambiente é visto como um recurso, que deve ser “cuidado” e “preservado”. Essa concepção é encontrada claramente nas seguintes afirmações:

[...] *ensina a preservar, ensina as pessoas a serem mais conscientes em relação à maneira como utilizam os recursos do meio (água, por exemplo)* (P08).

É a parte da educação voltada para a formação de indivíduos conscientes dos problemas ambientais e assim venham a buscar atitudes de conservação e preservação (P10).

[...] *busque maneiras para conservar e preservar nossos recursos naturais* (P11).

Os demais professores (46,67%) apresentaram respostas não elucidativas, pois não apresentaram evidências que torne possível de serem incorporadas à outras correntes. Dessa maneira foram classificadas como indefinidas. Algumas respostas possuem uma relação intimamente ligada ao meio ambiente, como nas afirmações a seguir:

Prática de conscientização sobre o meio ambiente (P12).

Orientar sobre o meio ambiente (P04).

Ensinar a cuidar da natureza e do meio ambiente (P02).

Há ainda concepções de EA relacionadas ao desenvolvimento de um caráter social em relação à natureza:

É a atividade que ensina a desenvolver no indivíduo um caráter social em sua relação com a natureza [...] (P01).

Atividade que ensino o cidadão um caráter social e de responsabilidades em relação a natureza (P13).

As concepções que os professores têm sobre meio ambiente, analisadas a partir das categorias de concepções propostas por Fernandes, Cunha e Marçal Junior (FERNANDES; CUNHA; JUNIOR, 2002) (Tabela 2), mostram que a maioria das respostas dos professores se enquadram na concepção de meio ambiente voltada para o antropocentrismo, onde o homem é considerado o centro de tudo. Essa concepção é visível em relatos como:

É o meio onde vivemos, por isso devemos estar empenhados em preservar e conservar, para que possamos ter uma vida saudável (P05).

É o meio ao qual estou inserido e inclui tudo o que me rodeia, seja rio, montanhas, grandes centros urbanos etc. (P03).

Um total de 13,33% dos participantes possui uma concepção biocêntrica biológica de meio ambiente. Como podemos observar nos relatos, essa categoria considera apenas os aspectos naturais do meio:

É um conjunto natural de animais, vegetação, solo, rocha, microorganismos etc.(P11).

É um sistema natural com animais e vegetação (P15).

Os outros 26,66% dos participantes possuem uma concepção biocêntrica biológica-física, na qual as respostas consideram tanto os aspectos naturais quanto os físicos, e a interação entre ambos. A expressão “*são todas as coisas vivas e não-vivas [...]*” evidencia os aspectos biológico e físicos do meio, e está presente na maioria das respostas classificadas nessa categoria.

Nenhum dos professores participantes possuem uma concepção biológica física-social, apesar de o meio ambiente ser descrito na PNEA como “a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade.” (BRASIL. 1999, art.4).

Tabela 2. Concepções de meio ambiente pelos professores.

Concepção de meio ambiente	Percentual de respostas
Antropocentrismo	60%
Biocêntrica biológica	13,33%
Biocêntrica biológica-física	26,66%

Dentre os professores que responderam ao questionário, apenas cinco (33%) conhecem a Política Nacional de Educação Ambiental. E ainda, todos os professores consideram importante a existência de ações voltadas para a Educação Ambiental na instituição Pestalozzi. Entre as afirmações dada pelos professores podem ser destacadas:

É de suma importância para uma conscientização dos alunos em relação ao mundo em que eles vivem, sem desprezar o meio ambiente e tentar criar uma nova mentalidade com relação aos recursos naturais, criando dessa forma uma nova concepção, um novo modelo de comportamento (P09).

Por ajudar na formação de pessoas/cidadãos mais conscientes (P03).

Entre os professores, 67% consideram-se preparados para atuar como educadores ambientais. As justificativas apontadas pelos professores são diversas:

A graduação em geografia bacharelado me dá suporte para esse trabalho [...] (P09).

Acredito que práticas diárias já contribuem [...] mantendo a sala limpa, sempre jogando lixo no lixo, evitar desperdício de água e alimentos [...] (P08).

Os outros 33% responderam que não estão aptos. A principal justificativa apontada pelos professores está relacionada a falta de conhecimento e capacitação, como presente nas afirmações:

Não tenho capacitação para isso (P13).

Preciso estudar mais sobre o assunto (P01).

Quanto as ações já realizadas com os alunos da Pestalozzi, a maioria dos professores (80%) afirmaram ter desenvolvidos alguma atividade de EA com os alunos. Os outros 20% dos professores disseram que não realizaram nenhum tipo de atividade voltada para a temática. As principais atividades desenvolvidas são: reutilização de garrafas de vidro, garrafas pet, revistas e CD's na confecção de artesanatos; visitas à ambientes naturais (Parque Natural da Lagoa Comprida), desenvolvendo o tema preservação; plantio de mudas.

Vale ressaltar que a confecção de objetos a partir da reutilização de outros materiais sem embasamento teórico não atinge os objetivos da Educação Ambiental. Esse tipo de atividade deve estar associado a uma prática de conscientização, na qual os professores possam desenvolver nos alunos uma mudança de hábitos em relação ao consumismo, por exemplo, tendo em vista a grande quantidade de materiais que são descartados (TIBÚRCIO et al., 2019).

Embora importantes, é preciso estabelecer qual o objetivo dos projetos de EA, os quais devem ser desenvolvidos dentro de um modelo de educação voltado para a vida, para as relações humanas, para o desenvolvimento dos indivíduos, garantindo a capacidade de transformar, de modificar as reais situações encontradas nas variadas sociedades humanas. Nessa perspectiva, as práticas educativas articuladas com a problemática ambiental não devem ser vistas como um adjetivo, mas como componente de um processo educativo que reforce a educação pautada na reflexão em prol da temática ambiental (JACOBI, 2005).

Quando questionados sobre quais os tipos de atividades que poderiam vir a ser desenvolvidas com os alunos especiais, foram destacadas: a coleta seletiva e a conscientização através de vídeos e palestras. Apenas um professor enfatizou a importância de as atividades realizadas serem desenvolvidas com “adaptações” para os alunos da Pestalozzi. Não houve relatos de práticas inovadoras, que possibilitem desenvolver EA como método para a inclusão. Projetos socioambientais que envolvam a comunidade escola e o seu entorno, por exemplo, são práticas possíveis, de maneira que a EA pode atuar como mediadora para a inclusão social dos alunos.

Outras opções a serem desenvolvidas com alunos com necessidades especiais é o uso de trilhas interpretativas, as quais podem ser uma alternativa para o desenvolvimento de atividades durante a visita à ambientes naturais. O plantio de árvores também é uma atividade que apresenta resultados positivos quando realizado com alunos especiais. Essas atividades podem ser observadas nos trabalhos realizados por Santos, Flores e Zanin (2011) e Lopes, Chagas e Chiquitelli Neto (2015). Vale ressaltar, que as atividades realizadas em ambientes naturais proporcionam um maior envolvimento dos alunos, pois trata-se de um processo de socialização e inclusão (SANTOS; FLORES; ZANIN, 2011, p. 195).

A EA é indispensável para a formação de cidadãos conscientes em relação às questões ambientais. Embora a conscientização ambiental dos alunos aconteça inicialmente no ambiente familiar, a escola é um agente muito importante para que esta seja consolidada. De acordo com Narcizo (2009), a inserção da EA na escola tem por finalidade conscientizar os alunos e ajudá-los a se tornarem cidadãos ecologicamente corretos. Segundo Santos, Flores e Zanin (2012), a Educação Ambiental para pessoas com deficiências tem os mesmos objetivos, porém deve ser abordada seguindo os princípios da educação inclusiva, ou seja, considerando as necessidades individuais dos alunos, possibilitando uma aprendizagem eficaz.

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental em seus princípios básicos estão o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Dessa maneira, para o bom desenvolvimento das atividades de EA é importante garantir ao aluno atividades que o aproximem dos objetivos fundamentais propostos pela Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, Art 5º):

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo (BRASIL, Lei 9.795, 1999, art. 5).

Nos diversos trabalhos desenvolvidos com alunos portadores de necessidade educacionais especiais (NEEs) as práticas ambientais desenvolvidas são iguais às desenvolvidas por outros alunos, porém adaptadas para a realidade da necessidade de cada aluno. No trabalho de Santos, Flores e Zanin (SANTOS; FLORES; ZANIN, 2012), os alunos portadores de NEEs participaram de uma trilha interpretativa comumente utilizada por alunos não portadores de necessidades especiais, mas de maneira inclusiva. A trilha foi adaptada para as necessidades dos alunos, as barreiras físicas foram retiradas e as informações foram aliadas à ludicidade, garantindo assim o aprendizado.

Soares e Linheira (2014) relatam em seu trabalho uma experiência de Educação Ambiental com alunos portadores de necessidades especiais. Estes realizaram atividades de conscientização em relação a água, utilizando-se de palestras, visita à ambientes naturais e atividades de pintura, recorte e colagem. Os autores pronunciam que é possível incluir o tema meio ambiente na perspectiva da inclusão, e que essas ações auxiliaram os alunos na compreensão da relação homem-natureza. A EA faz parte de um processo de mudanças e de adoção de novos comportamentos, de maneira que os indivíduos com necessidades especiais, respeitando as diferentes necessidades, podem e devem participar dessa experiência. A integração e inclusão desses alunos nas questões ambientais é uma realidade que deve ser encarada como um direito a melhoria de condições de vida.

Considerações finais

Os dados deste trabalho apontam que, embora os professores tenham um certo entendimento relacionado ao desenvolvimento de atividades voltadas para a Educação Ambiental, não há uma sistematização do desenvolvimento dessas ações. E ainda, as poucas ações desenvolvidas são comuns e tradicionais, não havendo relatos de práticas inovadoras que possibilitem à Educação Ambiental atuar como mediadora para a inclusão social dos alunos.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e da Escola Especializada Mundo Feliz, Associação Pestalozzi de Aquidauana.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, António. Que papel para as Ciências da Natureza em Educação Ambiental? Discussão de ideias a partir de resultados de uma investigação. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 3, p. 522-537, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>.

CRUZ, Silvana. Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico: em busca da sustentabilidade ambiental. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.07, n.06, p. 921-933, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e prática**. 5.ed. São Paulo, SP: Global, 1998.

FERNANDES, Elisabete Chirieleison; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; JUNIOR, Oswaldo Marçal. **Educação Ambiental e Meio Ambiente: concepções de profissionais da educação**. In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. São Carlos, SP: 2002.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

KOB-NOGUEIRA, Elaine Luiza; GONZALEZ, Carlos Eduardo Fortes. Investigando a ocorrência de ações em educação ambiental em três escolas na cidade de Curitiba-PR. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, vol. Especial, p. 47-63, 2014.

KORMONDY, Edward; BROWN, Daniel. **Ecologia Humana**. São Paulo: Editora Atheneu, 503 p. 2002.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Crise ambiental, sustentabilidade e questões socioambientais. **Ciência em Tela**, v. 6, n. 2, p. 1-9, 2013.

LOPES, Mariele Cândido; CHAGAS, Jumma Miranda Araújo; NETO, Marcos Chiquitelli. **Educação Ambiental com Alunos da APAE**. In: 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP. 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez. 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia ConCeição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008.

NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, v.22, p.86-94, 2009.

QUINTAS, José Silva. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, p. 33-79, 2009.

SANTOS, Mariane Cyrino dos; FLORES, Mônica Dutra; ZANIN, Elisabete Maria. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v.7, n.13, p.189-197, 2011.

SANTOS, Mariane Cyrino dos; FLORES, Mônica Dutra; ZANIN, Elisabete Maria. Educação ambiental por meio de trilhas ecológicas interpretativas. **Revista Eletrônica de Monografias Ambientais**, v.5, n.5, p.982-991, 2012.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: pesquisa e desafios, Porto Alegre: Artmed, p. 17-44, 2005.

SILVA, Leonardo Oliveira da; DIAS, Rosângela Lopes. Educação Ambiental como perspectiva para inclusão social de pessoas surdas. **Revista científica das escolas de comunicação e artes e educação**, v.1, n.2, p.11-22, 2012.

Zauricio, Érica Albuquerque; Lima, Tatiane do Nascimento. *Educação Ambiental: concepções e práticas na Associação Pestalozzi de Aquidauana/MS*. Revista Pantaneira, V. 19, UFMS, Aquidauana-MS, 2021.

SOARES, Maria Mislene de Lima Dantas; LINHEIRA, Caroline Zabendzala. Ensino de ciências e educação ambiental na educação inclusiva: uma experiência na escola municipal Celina de Lima Montenegro, Cuité-PB. **Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia**, n.7, p. 5539-5548, 2014.

TIBÚRCIO, Nadiane Maria da Silva et al. Resignificando objetos: a Importância da confecção de brinquedos com materiais recicláveis no processo educativo infantil. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n. 2, p. 207-223, 2019.

VAGULA, E.; BARBOSA, A.C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNINI, R. C. **Didática**. Londrina: Educacional, 2014.

VEIGA, Ilma. de Alencastro. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 29. ed., Campinas: Papirus, 2011.